



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ACTA NÚMERO 82/XI/2ª

14.Dezembro.2010 – 11h00

Aos 14 dias do mês de Dezembro de 2010, pelas 11h00, reuniu na sala 3 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Educação e Ciência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da acta

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 97/XI/2ª - Pretendem que seja criada legislação adequada que permita a contratação efectiva de psicólogos, a fim de os alunos poderem usufruir de serviços de psicologia nas escolas.

- **Apreciação e votação do relatório**
- **Deputado Relator:** Emídio Guerreiro (PSD)

5. Iniciativa europeia COM(2010) 632 - Relatório anual sobre as actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico da União Europeia em 2009.

- **Apresentação e votação do relatório**
- **Deputado Relator:** José Soeiro –BE

6. Projecto de Resolução 316/XI/2ª (PCP) - Recomenda a suspensão do actual processo de avaliação de desempenho docente.

- Discussão

7. Audiência com o Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado – 12h00

8. Outros Assuntos

9. Data da próxima reunião

Dia 15 de Dezembro de 2010 – 10h00 – Audição da Ministra da Educação

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) solicitou o adiamento da apreciação do ponto 5 da Ordem do Dia.

Com esta alteração, a proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação da acta

A acta da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Senhor Presidente referiu-se à proposta apresentada, no dia anterior, pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, no sentido da criação de um Grupo de Trabalho para aferir dos custos para o Estado de um aluno nas escolas públicas e nas escolas com contrato de Associação, propondo a audição de várias entidades.

O Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) apresentou a proposta, considerando de todo o interesse a clarificação das questões que têm sido levantadas nos últimos dias, designadamente no que se refere aos custos reais dos alunos nas escolas públicas e nas escolas com contratos de associação.

O Senhor Deputado Bravo Nico (PS) propôs o adiamento da apreciação desta proposta para a próxima reunião da Comissão e questionou ainda o Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) se alguma vez solicitou, ao Ministério da Educação, informação sobre esses custos. Entendeu ainda que a Comissão poderia solicitar estes dados ao Ministério da Educação, pese embora a divergência de leituras que os mesmos suscitariam junto de cada Grupo Parlamentar.

O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) referiu-se à discrepância dos custos apontados pela OCDE e pelo Ministério da Educação, considerando da maior importância que os Deputados disponham dos valores reais.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) manifestou algumas dúvidas sobre a pertinência da criação de um grupo de trabalho, mas considerou importante conhecer os custos reais, cabendo aos diferentes grupos parlamentares efectuarem a sua leitura dos mesmos.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) entendeu que os resultados da actividade a desenvolver pelo grupo de trabalho multiplicariam o trabalho da Comissão, sem a garantia de que os resultados fossem conclusivos, visto tratar-se de uma matéria complexa, em que os critérios políticos diferem na atribuição dos custos.

O Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que os números são fundamentais, por serem objectivos, entendendo que o que difere é a leitura política dos mesmos. Respondendo à questão do Senhor Deputado Bravo Nico (PS), referiu que o Ministério da Educação foi já questionado sobre esta questão, mas a resposta não satisfaz os deputados do seu Grupo Parlamentar.

Foi decidido adiar a votação desta proposta para a próxima reunião da Comissão.

- 3.2.** O Senhor Presidente referiu-se, de seguida, ao Projecto de Lei n.º 444/XI/2ª do PSD, lembrando que terminado o prazo de auscultação das entidades representadas no Conselho Nacional de Educação, foi distribuída a todos os deputados a lista dos pareceres recebidos, num total de 13.

Assim, foi agendada para, a reunião de 21 de Dezembro, a apreciação do parecer.

- 3.3.** Foi ainda consensualizada a grelha de tempos para a audição da Senhora Ministra da Educação, prevista para o dia seguinte, pelas 10h00.
- 3.4.** No que concerne às apreciações parlamentares do DL 75/2010 - *Alteração do Estatuto da Carreira Docente* – o Senhor Presidente informou que não foram apresentadas outras propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares. Encontrando-se a votação na especialidade prevista para a reunião do dia 21 de Dezembro, o mapa comparativo será distribuído em 15 de Dezembro.

O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) sugeriu ainda que, caso não fique concluída a discussão e votação na especialidade na manhã do dia 21, a mesma possa prosseguir após a reunião plenária.

- 3.5.** Por último, o Senhor Presidente referiu-se à notícia vinda a público sobre renúncia de mandato da Deputada Manuela de Melo (PS), tendo a Senhora Deputada esclarecido que, embora a decisão não esteja ainda oficializada, confirma-se a sua saída no final do mês, justificando-se a mesma por razões pessoais e familiares.

Congratulou-se com o trabalho desenvolvido pela Comissão de Educação e Ciência, que considerou de grande profundidade e qualidade e enalteceu ainda o bom relacionamento entre os Deputados desta Comissão.

- 4. Petição n.º 97/XI/2ª** - Pretendem que seja criada legislação adequada que permita a contratação efectiva de psicólogos, a fim de os alunos poderem usufruir de serviços de psicologia nas escolas.

O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) apresentou o relatório.

Na sequência das intervenções das Senhoras Deputadas Rita Rato (PCP) e Rosalina Martins (PS), foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

- 5. Iniciativa europeia COM(2010) 632** - Relatório anual sobre as actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico da União Europeia em 2009.

Adiado.

6. Projecto de Resolução 316/XI/2ª (PCP) - Recomenda a suspensão do actual processo de avaliação de desempenho docente.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o Projecto de Resolução, chamando a atenção para o facto de as escolas continuarem com dúvidas sobre a aplicabilidade e a legalidade de uma série de procedimentos que resultam da aplicação do actual modelo de avaliação.

Acrescentou ainda que, com a aprovação do Orçamento do Estado para 2011, que veio impedir a progressão dos docentes na carreira e alterar o posicionamento dos escalões em termos de índices salariais, a avaliação de desempenho docente não terá qualquer tipo de repercussão, para efeitos de carreira, pese embora os custos profissionais, pessoais, pedagógicos e escolares que implica.

Assim, considerou fundamental que seja suspenso o actual modelo e se antecipe a discussão e negociação de um modelo de avaliação de desempenho no qual a componente determinante seja a formativa.

O Senhor Deputado Bravo Nico (PS) interveio, referindo que o actual modelo de avaliação resultou de um processo negocial entre o Ministério da Educação e a Plataforma Sindical, que terminou em consenso. Reconhecendo a necessidade de serem aperfeiçoados alguns aspectos, considerou que não se justifica o objecto deste Projecto de Resolução, sem que seja efectuada uma avaliação do modelo em curso.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) considerou que este modelo não foi consensual, porquanto resultou de uma negociação e foi aceite numa base de compromisso, como contrapartida de um modelo de progressão na carreira. Considerou ainda que a Assembleia da República deve discutir um modelo de avaliação que permita analisar e aperfeiçoar as práticas dos docentes. A este respeito, anunciou que o BE irá proceder à apresentação de uma proposta de modelo.

O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) referiu que, embora não se revendo neste modelo de avaliação, o mesmo resultou de um acordo contratualmente aceite pelos parceiros e pelo Governo, pelo que o PSD está disponível para discutir princípios orientadores e não a suspensão do regime vigente. Manifestou ainda preocupação relativamente às dificuldades sentidas pelos docentes e pelas escolas.

O Senhor Deputado José Manuel Rodrigues (CDS-PP) lembrou que o CDS-PP apresentou um projecto de resolução sobre esta matéria, que foi aprovado. Disse ainda reconhecer problemas de aplicação no actual modelo, embora, pelo facto de se encontrar no seu início, não deva ser suspenso, sem a devida avaliação.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) concluiu, salientando que a revisão do modelo de avaliação foi um dos pontos de partida para o acordo que vigorava entre professores e Governo, acrescentando que o actual modelo de avaliação não apresenta, neste momento, qualquer

utilidade para os docentes, contribuindo antes para exacerbar as escolas e desgastar os professores, retirando-lhes tempo para se dedicarem ao que de facto importa. Assim, considerou ser este o momento oportuno para suspender este regime e discutir um novo, integrado num mais vasto processo de avaliação dos contextos escolares e com uma forte componente formativa.

7. Audiência com o Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado – 12h00

Estiveram presentes na audiência os Professores Luís Alfaro Cardoso, Nuno Pinhão, Isabel Cabrita e Maria Inácia Correia, que apresentaram uma breve resenha da situação dos Laboratórios do Estado e das suas perspectivas.

Os Laboratórios do Estado (LE), que envolvem actualmente cerca de 4500 trabalhadores, têm como missão a implementação das políticas nacionais de desenvolvimento e de superação da crise económica e social do país, através das suas actividades de investigação e de apoio técnico.

No entanto, consideraram que a situação actual é de indefinição de missões, perda de recursos por degradação do património ou diminuição dos recursos humanos e perda de autonomia científica e técnica, resultante da excessiva dependência de concursos para o financiamento da investigação.

Referiram ainda que a reforma encetada dos Laboratórios do Estado, e só parcialmente implementada, não produziu ainda os objectivos desejados, tendo-se traduzido em dificuldades acrescidas para vários Laboratórios.

Assim, consideraram que a rentabilização do papel dos Laboratórios do Estado passa pelo estabelecimento de objectivos claros, traduzidos em planos estratégicos ou contratos-programa e suportados em recursos adequados. Advogaram também uma reavaliação dos recursos humanos necessários à execução dos objectivos, com a adequada valorização e responsabilização desses recursos.

Intervieram na audiência os Senhores Deputados José Ferreira Gomes (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Rita Rato (PCP), Manuela de Melo (PS) e José Soeiro (BE), que colocaram várias questões e apresentaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares.

Respondendo às questões colocadas, os representantes do Fórum referiram que trabalham nos Laboratórios do Estado 30 técnicos superiores que desempenham funções de investigação, coordenando alguns deles projectos, pelo que deverão ser integrados na carreira de investigação.

Em relação à articulação com as universidades, consideraram que tem sido muito positiva. A este respeito, entenderam que as universidades podem ter as mesmas funções que os Laboratórios do Estado, embora não tenham de as ter.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

No que se refere a outros países, apontaram os casos da Holanda, Bélgica, França, Inglaterra, onde as prioridades estão também afectas às universidades, existindo espaço para que os Laboratórios do Estado funcionem.

Por último, consideraram que a Assembleia da República pode colaborar na reflexão sobre o destino dos Laboratórios do Estado, na identificação das necessidades e das suas funções.

8. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

9. Data da próxima reunião

Dia 15 de Dezembro de 2010 – 10h00 – Audição da Ministra da Educação

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

Palácio de São Bento, 14 de Dezembro de 2010

O Presidente

Luiz Fagundes Duarte



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

FOLHA DE PRESENÇAS

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Bravo Nico
Emídio Guerreiro
João Prata
João Sequeira
José Ferreira Gomes
José Manuel Rodrigues
Luiz Fagundes Duarte
Manuel Mota
Manuela de Melo
Margarida Almeida
Michael Seufert
Miguel Tiago
Pedro Rodrigues
Raquel Coelho
Rosalina Martins
Sofia Cabral
Teresa Damásio
Vânia Jesus
Conceição Casa Nova
José Moura Soeiro
Pedro Duarte
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Araújo
Paula Barros

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia